

A LEITURA E AS CLASSES MULTISSÉRIES: O TRABALHO DOCENTE E A INSERÇÃO DOS ALUNOS EM PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA

Handherson Leylton Costa Damasceno¹
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
handhersondamasceno@gmail.com

RESUMO: O trabalho em questão, excerto da monografia de graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Bahia, apresentada em 2006 e intitulada “Ler para crer: a formação do sujeito-leitor das classes multisseriadas”, objetiva trazer à tona discussões acerca da formação de sujeitos leitores e toma como base a prática pedagógica docente na especificidade de uma classe multissérie, assim como apresenta reflexões sobre a necessidade de políticas educacionais voltadas à formação do professor, bem como de se proporcionar mecanismos que contribuam para que os sujeitos egressos daquelas classes sejam inseridos socialmente, a partir da leitura. Dessa forma, busco construir minhas reflexões com base no tema proposto para o trabalho. Na interface entre leitura e classes multisséries, procurarei refletir sobre o processo de aquisição e das práticas de leitura existentes nas escolas das classes multisséries. Ancoro minha fala em Brasil (1997), quando orienta as diretrizes concernentes ao trabalho didático com leitura, Cagliari (1994), Freire (1982 e 1987), Kleiman (1999) e Soares (2003), que teorizam acerca da leitura como dispositivo do exercício pleno da cidadania e como meio de acesso ao conhecimento produzido pelas sociedades e Silva (2003), Tunes (2005) e Fischer (2003) ao sistematizarem aspectos teóricos sobre a mediação didática e a práxis pedagógica, enfatizando urgência em se repensar sobre o que acontece no lócus escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura nas Classes Multisséries, Formação do Leitor e Políticas Educacionais.

ABSTRACT: *The, excertain work open to question of the monograph of graduation in Pedagogy for the State University of Market of Santana – UEFS presented in 2006 and aim to bring up discussions about the formation of subject readers and take like base the pedagogic teaching practice in the especificidade of a class multisséries as well as he presents reflections on the necessity of education politics turned to the formation of*

¹ Especializando em Educação a Distância pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia. É coordenador pedagógico e trabalha com formação de professores da Rede Pública do Ensino Fundamental II, da Secretaria Municipal de Educação de Itaetê, Bahia. Endereço para correspondência: Praça 25 de Setembro, 685, Centro CEP 46-790-000. Itaetê, Bahia, Brasil.

the teacher, as well as of are provided mechanisms that contribute so that the subject ex-prisoners of those classes are inserted socially, from the reading. In this form, I look to build my reflections on basis of the subject proposed for the work. In the interface between reading and classes multisséries, I will try to think about the process of acquisition and of the existent practices of reading about the schools of the classes multisséries. I anchor my speech in Brazil (1997), when it orientates the directives concerning the educational work with reading, Cagliari (1994), Monk (1982 and 1987), Kleiman (1999) and You strike (2003), which theorize about the reading like device of the full exercise of the citizenship and like way of access to the knowledge produced by the societies and Bramble (2003), Idle (2005) and Fischer (2003) after they systematized theoretical aspects on the educational mediation and the pedagogic práxis, emphasizing urgency in rethinking on what it happens in the school locus.

KEY-WORDS: *Reading in the Multisséries Classrooms, Educational Formation of the Reader and Politics*

As práticas da leitura: processo, mediação didática e instituições escolares

O ensino de Língua Portuguesa tem suscitado inúmeras discussões, considerando-se que, de um modo geral, esteve focado, basicamente, nos aspectos descritivos da gramática tradicional. Apesar de toda a inovação feita ao ensino de Língua Portuguesa, existe um modelo conservador que não perdeu a sua força; pelo contrário, impõe-se, ainda, pelo discurso autoritário em favor de um ideal de língua portuguesa, muitas vezes, legitimado pelos manuais didáticos e pelos próprios documentos oficiais. Esse modelo conservador, que ratifica um ideal de língua uniforme, ignora a complexidade lingüística, de fato, do nosso país e em nada contribui para a formação de leitores proficientes.

De acordo com os PCN de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p.53):

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modelizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece a matéria prima para a escrita: o que escrever. Por outro lado, contribui para a constituição de modelos: como escrever.

É notório que em algumas práticas pedagógicas, o professor supervaloriza a gramática em detrimento da leitura e essa última vem sendo deixada de lado, priorizada somente com o cunho didático, resumida apenas a fins pedagógicos. Daí a repulsa que a maioria dos alunos sente quando vêem um livro, afinal, têm ciência das atividades que deverá fazer ao término daquela

leitura: fichamentos, resumos, responder a questões de interpretação; enfim, uma gama de atividades desconexas com a sua real prioridade e objetivos.

Por outro lado, nunca se discutiu tanto acerca da imprescindível importância da leitura para o mundo atual: no ambiente escolar, em seminários sobre educação, em conversas com professores. Todos preocupados e cientes da gritante crise da leitura no contexto escolar.

Com o advento da globalização, sobretudo das novas tecnologias da comunicação e informação, urge, pois, a necessidade de o homem estar apto a utilizar uma gama de instrumentos que proporcionem a aquisição de conhecimentos para si mesmo. E é nesse momento que as habilidades da leitura são acionadas, de modo que possibilite ao educando a conquista de sua autonomia intelectual.

Foucambert (1994, p.05) diz que: “Ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se lê”.

Dessa forma, a prática da leitura transcende tão-somente à mecanização de juntar signos lingüísticos para formar sons. É importante, pois, utilizar todo um conjunto de saberes que possibilitarão que o leitor compreenda aquilo que lê.

Tal discussão se remete, novamente, a Foucambert (op. cit.), quando afirma que “jamais se chega ao significado de um texto pela soma dos sentidos das sucessivas palavras que o compõem”.

De toda sorte, compete à escola a tarefa de trabalhar a leitura de uma forma eficaz, contribuindo para a formação de leitores capazes de interagir com/no texto. Por outro lado, observa-se a complexidade de tal processo, porque inicialmente se trabalha com crianças ingressas no mundo letrado escolar. Sendo assim, requer uma compreensão de como ocorre tal aquisição, uma vez que, ao ingressar na escola, já traz consigo uma bagagem cultural, desse modo, esse arcabouço cultural é um convite ao exercício da aceitação, sobretudo da cidadania e respeito, uma vez que:

enquanto atitude diante de todas as formas de expressão [...] não se dissocia das dimensões éticas e políticas da educação, não convive com a exclusão, a intolerância e a intransigência; quer promover a crítica à vulgarização da pessoa, às formas estereotipadas e reducionistas de expressar a realidade, às manifestações que banalizam os afetos e brutalizam as relações pessoais. (BRASIL, 2004)

Logo, dentre as inúmeras atitudes procedentes da instituição escolar, uma das tais, além

da valorização e respeito do saber que o educando possui, é utilizá-lo como instrumento pedagógico, eficiente para o avanço das habilidades da leitura como salienta Ferreiro (1993, p.51):

O fato de que a aquisição de uma nova informação, que se dá aprendizagem significativa, é um processo que depende principalmente das idéias relevantes que o sujeito já possui, e se produz através da interação entre a nova informação e as idéias relevantes já existentes na estrutura cognitiva.

De tal forma, percebe-se que o processo de leitura não provém somente da memorização, é sim um conhecimento de natureza conceitual; precisa compreender não só a sua representação, mas sua função social; deve compreender as várias nuances e funcionalidades da leitura: Ler por ler, por prazer, para se informar, para criticar, estabelecer relações, para estudar, para entender algo, para escrever de maneira mais autônoma, para conversar, dentre outros.

Enfim, o aluno deve ler, na escola, com objetivos similares àqueles com que se lê fora da escola. Nesse sentido, é função do professor criar situações propícias para que o aluno desenvolva as suas leituras a partir de práticas significativas e socialmente relevantes. A prática da leitura deve ser concebida de modo articulado e situar-se nas ações cotidianas em que as práticas da cultura escolar se inserem e está associada ao desejo e/ou à necessidade do aluno.

Dessa maneira, o princípio da autonomia é atendido, ou seja, o aluno tem o direito a dizer o que quer ler e como, mas o professor também indica, propõe o que considera relevante no desenvolvimento do projeto de cada aluno, porque se pressupõe ter maior domínio dos diferentes gêneros textuais. Contudo, o que ocorre não é assim, tendo em vista que muitas práticas pedagógicas têm sido autoritárias, nas quais o professor se veste de um poder e autoridades inquestionáveis, cujas palavras têm de ser seguidas tal qual leis sagradas.

Tais práticas inviabilizam a construção de sujeitos autônomos, bem como de leitores proficientes, visto que, como somente lêem – e é sabido que sem vontade –, a literatura ditada pelo professor, são incapazes de se constituírem enquanto sujeitos ativos do seu processo de leituras. E como são criadas as identidades desses leitores, uma vez que lhes é negado o direito à voz?

Sabe-se que cada indivíduo é uno: dotado de particularidades, experiências de vida, dificuldades, desejos e posturas, pertencentes ao seu mundo singular. Mesmo em face da diversidade cultural à qual são expostos, os alunos têm desejos que se o professor souber utilizar, aparece como um fator motivacional para a potencialização da aprendizagem.

Os desafios e as complexidades situacionais devem ser provocados pelo professor, enquanto mediador, conforme a necessidade do mediado, procurando encorajá-lo à curiosidade intelectual, promovendo originalidade e criatividade, propondo atividades não-convencionais (como as listas, os fichamentos, os resumos, etc.), estimulando-o ao envolvimento e à superação de obstáculos, incentivando-o e conscientizando-o de seu potencial.

Torna-se necessário, então, que professores e estudantes participem de um programa que vise à ampliação cognitiva e ao aumento de saberes, facilitando a compreensão do mundo e o desenvolvimento da curiosidade intelectual; estimule o senso crítico e a autonomia para discernir, tornando-os – professores e estudantes – mais aptos a assimilar mudanças e a desenvolver a competência relacional, considerando-se a multiplicidade de aspectos que possibilitam ser. (MORAES e outros, 2004)

Para ampliar a possibilidade de o indivíduo tornar-se um ser flexível e autônomo frente aos desafios de uma sociedade em constante mudança, o professor, ser politicamente comprometido, deve ter ciência da relevância social oriunda da leitura. Afinal, costumava afirmar Paulo Freire que “não se deve somente imaginar que a mudança do mundo advirá tão-somente da educação, mas certamente sem ela pouco será feito” (1982, p.19), sendo assim, não se pode imaginar a transformação na educação sem a leitura e, por conseguinte, sem leitores proficientes.

Inserção social através da leitura: do que se tem ao que se quer

Nos limiares da atualidade, uma discussão constante se refere à imprescindível pertinência da leitura para o mundo atual. Com o advento da globalização, sobretudo das novas tecnologias da informação e comunicação, urge, pois, a necessidade de o homem estar apto a utilizar uma gama de instrumentos que proporcionem a aquisição de conhecimentos para si mesmo.

Por conseguinte, é nesse momento que as habilidades de leitura são acionadas, de modo que possibilite ao educando a dilatação de seus conhecimentos e conseqüentemente, a conquista de sua autonomia intelectual.

Sabe-se da infundável necessidade de se investir na formação de sujeitos-leitores, haja vista que na contemporaneidade tal característica exerce grande influência no tocante ao exercício pleno da cidadania, das práticas sociais de leitura, de possibilidades de ampliação de conhecimento e, de certa forma, melhores condições de vida.

Assim, ao pretender formar leitores proficientes, a escola deve levar em conta o que os

educandos trazem consigo, as suas vivências, expectativas, anseios e toda a sua bagagem cultural e a própria maneira peculiar de se expressar, de visualizar a linguagem, uma vez que, é através dela que o homem se reconhece como humano, pois pode se comunicar com outros homens e trocar experiências.

No tocante às classes multisseriadas, nas quais o professor se depara com alunos dos primeiros ciclos do Ensino Fundamental I (I e II Ciclos), as discrepâncias aumentam consideravelmente se comparadas àquelas em que os alunos são dispostos em seriação, ou seja, divididos por série.

Nessas turmas, que normalmente estão localizadas na zona rural das cidades, a heterogeneidade se constitui fator de extrema importância: se percebem saberes, pontos de vista, níveis de desenvolvimento cognitivo e vontades diversificadas, mas convergentes e que nesse ínterim se bifurcam, pois tais possibilidades tanto podem permitir as relações internas e com outros grupos, através das trocas lingüísticas, como também podem se constituir num entrave ao desenvolvimento da turma, haja vista que se direcionada sem um aporte metodológico, poucos dos estudantes daquelas turmas se desenvolverão.

No entanto, como garantir que a todos os alunos sejam possibilitadas condições de desenvolvimento dos comportamentos leitores?

Conforme Soares (2003), em nossa cultura grafocêntrica, o acesso à leitura é considerado como intrinsecamente bom. Atribui-se à leitura um valor positivo absoluto: ela traria benefícios óbvios e indiscutíveis ao indivíduo e à sociedade – forma de lazer e prazer, de aquisição de conhecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interação.

Na verdade, essa interpretação traduz, além de um etnocentrismo, uma perspectiva unilateral: etnocentrismo, porque a leitura é vista com desconfiança, em certas culturas, às vezes utilizado com instrumento de opressão; perspectiva unilateral, porque os valores atribuídos à leitura expressam a visão, numa sociedade de classes, dos grupos que mantêm a posse e o controle dos modos de produção, conforme apontou Magda Becker Soares em as Condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto.

Uma sociedade de classe em que interesses divergentes se chocam mutuamente, com a predominância de alguns deles sobre os demais, se dividem em segmentos cultos e incultos,

produzindo uma relação de domínio dos primeiros sobre os segundo e o aumento dos analfabetos funcionais.

A escola pública, sobretudo aquelas em as classes multisseriadas ainda estão presentes, todavia, embora nascendo com o propósito de equalização, cedo se revelou mais um aparelho de dominação das classes populares, traindo o seu objetivo inicial e o resultado disso, quando se analisam as práticas pedagógicas concernentes à leitura é de considerável didatização da mesma, o que resulta num obstáculo tanto para a formação de sujeitos leitores proficientes, quanto de leitores que o são por prazer.

Essa barreira ao acesso à leitura se concretiza não só por mecanismo de sonegação de material escrito às camadas populares, mas também por mecanismo que impõem a forma de consumo: livros, revistas, jornais para as classes dominantes, livros, revistas, jornais para as classes populares.

As condições sociais de acesso à leitura, em nossa sociedade capitalista, são diferenciadas e discriminam-se as camadas populares pelo reforço de sua concepção didática da leitura, a que se atribui apenas um valor “de produtividade”, enquanto, para as classes dominantes, supervalorizam-se um discurso escrito que legitima a ideologia das classes dominantes, expropriando as classes dominadas de seu próprio discurso, ou seja, nas escolas é reproduzido o discurso das minorias abastadas em sobreposição às necessidades dos menos favorecidos. E a leitura (ou a impossibilidade de apropriação da mesma) se constitui num aparelho de alienação.

Nesse sentido, é importante que os alunos das classes multisseriadas tenham acesso a cultura letrada, sob pena de se manter as diferenças sociais. Isso quer dizer que, ao se valorizar todas as expressões culturais dominadas, não se estar pretendendo limita-los ao conhecimento já adquirido no grupo. O que se propõem é abrir-lhes o leque de opção de modo a atuar efetivamente na vida social e não apenas como massa de manobra, uma vez que elas passam a ser capazes de jogar com as mesmas armas.

Soares (2003, p.59) sustenta que a leitura:

[...] é uma interação verbal entre indivíduos, indivíduos socialmente determinados: o leitor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros; o outro, seu universo, suas relações com o mundo; entre os dois; enunciação; dialogo?

Sendo a instituição que recebe a incumbência de ensinar a ler, a escola tem interpretado e efetivado esta tarefa de modo mecânico, inerte e autômato. Dota as crianças do instrumento necessário (muitas vezes somente o livro didático) e automatiza seu uso, através de exercícios. Desta maneira, o cerne da leitura nem sempre esclarece para quem é beneficiário dela.

Logo, necessário se faz que o professor se auto-analise acerca de sua visão do processo pedagógico e até em função de sua ótica sobre os alunos, uma vez que, conforme Tunes (200), quando afirma que

“em conclusão, podemos dizer que a compreensão que o professor tem do aluno e do que deve realizar com ele tem muitas implicações para o seu trabalho. Cabe-lhe permitir que o aluno revele-se por si, mostre-se naquilo que pede como ajuda.

Assim sendo, a leitura está em muitos casos, atrelado ao ensino da gramática. A leitura tende então a se confundir com decodificação de palavras escritas.

O importante não é o que leu ou recebeu – é como leu, é o que fez de suas experiências, o que diminuiu a distância que se consuma propor entre leitura e escrita, entre uma postura passiva e outra ativa. A leitura é produzida. Tanto do ponto de vista psicológico quanto sociológico, o texto se descontextualiza e se deixa contextualizar pelo leitor. A leitura é produzida à medida que o leitor interage com o texto.

Não é possível haver leitura sem compreensão. Ler é compreender; sem compreensão não há leitura. Compreender um texto é ter acesso a uma das leituras que ele permite, é buscar um dos sentidos possíveis oferecidos por ele, determinados pela bagagem sociocultural que o leitor traz consigo. Portanto, a formação escolar do leitor perpassa pelo crivo cultural no qual essa visão se enquadra. Isso implica dizer que, a posição política do professor assume um caráter de relevância nesse momento.

Dessa maneira, a formação leitora será efetuada a um processo que envolve apreensão, compreensão, inferência e transformação de significados a partir de um registro escrito. O leitor é aqui considerado como um consumidor ativo de mensagens significativas e relevantes.

Do vasto universo da leitura, prioriza-se a geração de influências, um dos inúmeros aspectos que envolvem o ato de ler, porém um aspecto fundamental e decisivo na construção do sentido textual. É certo que um único texto é sustentável à geração de diversas inferências. Restam as dúvidas:

1. Qual a principal razão da ocorrência das compreensões diferenciadas entre leitores?

2. Em que medida a bagagem sociocultural do leitor influencia em sua leitura?

3. Até que ponto as influências têm sido consideradas pelos professores de Língua Portuguesa ao trabalhar com o texto em sala de aula?

Para se chegar a possíveis respostas a essas perguntas é preciso, antes, compreender melhor o processo inferencial.

Mais uma vez se evidencia o paralelo entre as concepções de metodologia renovadora e de necessidades de exercícios de um papel ativo por parte do professor. Isto não se significa que cabe à metodologia tornar o professor agente; pelo contrário, se esse se deseja participante, ele se encaminha para um posicionamento pedagógico que estipula com meta a emancipação do aluno e de próprio.

Por conseguinte, é urgente que a escola priorize a noção de leitura como instrumento ímpar na democratização das culturas letradas, do saber elaborado ao longo dos tempos e da democracia, haja vista que o domínio e habilidades da leitura são condições essenciais para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo que aponta para uma sociedade de informação onde poucos detêm o poder de se informar. Hoje se sabe que o desenvolvimento da capacidade de ler depende em grande medida, do sentido que a leitura tem para as pessoas.

Dessa forma, verifica-se que o melhor caminho para a formação do leitor é a instauração de uma escola de qualidade para todos, sem o que, qualquer medida paliativa que se fizer posteriormente será sempre insuficiente para que o domínio da palavra e de escrita seja, de fato, um instrumento de libertação e dignidade humana.

A formação de leitores e de professores: uma necessidade

Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso que se faz deles nas práticas de leitura, como disponibilidade de uma biblioteca, onde o acesso ao acervo seja livre por parte dos alunos, organização do planejamento do professor para que se priorizem aulas de leitura e a escola deve criar uma política de formação de leitores.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais tomam essa premissa como algo importante. Assim:

“... se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontem, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendem isso na escola. Principalmente quando os alunos não têm contatos sistemáticos com bons materiais de leitura e com adultos leitores, quando não participarem de práticas onde ler é indispensável, a escola deve oferecer materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leitores eficazes. Cabe as instituições escolares proporcionar aos alunos diversos materiais de apoio que possam desfrutar e avançar com eficácia o seu desenvolvimento na leitura”. (1998, p.12):

A cada contato com diversos materiais os alunos têm mais facilidade de compreensão despertando interesse pela leitura. A tarefa é, cada vez mais, criar condições favoráveis para o desenvolvimento de propostas eficazes de formação de verdadeiros usuários da linguagem, o que pressupõe trabalhar com os diferentes textos, tanto em situações de produção como de compreensão. No que se refere à leitura, isso implica um amplo trabalho não apenas com lucros, mas com todos os materiais em que a palavra escrita é ferramenta para o acesso à informação, ao entretenimento, à compreensão crítica do mundo.

Sem um trabalho com a diversidade textual, certamente não é possível formar leitores competentes, ou seja, pessoas que, por iniciativa própria, são capazes de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aquelas que podem atender às suas necessidades e que são capazes de utilizar procedimentos adequados para ler.

Para tornar os alunos bons leitores, para desenvolver o gosto e o compromisso com a leitura, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois esse é um aprendizado que requer esforço. E terá de oferecer condições favoráveis para as práticas de leitura – que não se restringem apenas aos recursos materiais disponíveis, pois, na verdade, todas as evidências têm revelado que o uso se faz livros e demais materiais escritos é o aspecto mais determinante para a formação de leitores de fato.

Urge, pois, que a escola proporcione ao educando, além de leituras significativas e prazerosas, uma diversidade de gêneros textuais, que possibilitem que o mesmo leia “de um recital público de poesia ao exame privado de listas de preço e horários de ônibus”. (SOARES, 2003, p. 103)

Dentro desse contexto, percebe-se a disparidade entre o discurso pedagogicamente aceito e a prática docente: muitas vezes, por não conceber a educação como um processo, alguns professores não respeitam o tempo de leitor dos seus alunos e esquece-se que a construção demanda esforço, força de vontade e, sobretudo, tempo.

É patente a necessidade de se refletir sobre a prática pedagógica concernente ao ensino da

leitura. Logo, nas situações de ensino da leitura, a mediação didática do professor é fundamental: é sua tarefa, pois, mostrar ao educando a importância que, em tal processo, a consideração real da palavra que o outro, no caso o autor, assume, concorde-se com essa palavra ou não. Por um lado, porque as opiniões do outro apresentam possibilidades de análise e reflexão sobre as suas próprias; por outro lado, porque, ao refletir no outro, o que o aluno demonstra é consideração.

A instituição escolar deve, portanto, assumir o compromisso de procurar garantir que a sala de aula seja um espaço onde cada sujeito tenha o direito à leitura – consistente e eficaz – reconhecido como legítimo. Trata-se de instaurar um espaço de reflexão em que seja possibilitado o contato efetivo de diferentes opiniões, onde a divergência seja explicitada e o conflito e também um espaço em que as leituras devam assumir caráter de intenso reforço de identidade pessoal, valorizando as escolhas dos alunos.

Todavia, dentre outras questões a serem atentadas, o fator sócio-econômico também merece destaque. Entre os problemas de nossa cultura, a leitura tem um papel essencial e decisivo para o salto civilizatório que o Brasil vem realizando. Não há nação desenvolvida que não seja uma nação de leitores. Mas, saber ler não é suficiente para ter-se familiaridade ou convívio permanente com a leitura. E, por detrás desta diversidade dos tipos e meios de leituras encontra-se sempre o mesmo objeto, o livro.

Pode-se afirmar que, para a grande maioria dos alunos de classes multisseriadas, o único livro de que têm conhecimento é o escolar, e que terminada a escola, ele deixa de ter qualquer contato com este instrumento fundamental para o desenvolvimento social, político e econômico da nação e dos indivíduos. Então, pelo fato de somente terem se apropriado de um acervo literário pobre, a instituição se vê limitada no que concerne ao trabalho efetivo com a leitura, onde, não é raro encontrar, professores que não dominam a leitura como instrumento de trabalho, não tenham tal hábito (por formação, por condições financeiras, por indisponibilidade de material de boa qualidade, etcetera).

Igualmente, inevitavelmente algumas indagações surgem:

- a. É possível que um professor que não tenha o gosto pela leitura consiga despertá-lo nos seus alunos?
- b. Hábito da leitura é incentivo, metodologia, dom ou mera sorte?
- c. Como a escola pode proporcionar momentos prazerosos de leitura sem didatizá-

los?

É válido perceber que, quando o assunto é a leitura pelo e do professor, é impreterível ao mesmo tempo em que se constitua leitor, o conhecimento consistente do objeto (leitura), isso porque

“o professor não é um leitor como qualquer outro: ele precisa aprender como se aprende a ler para descobrir como se ensina a ler e não tem outro jeito a não ser observar-se aprendendo a ler. Esse aprendizado baseia-se em sua leitura pessoal, indispensável para ensinar a ler, mas insuficiente se não for uma leitura feita em confronto com a leitura da tradição”. (GUEDES, 2006).

Importante se faz ressaltar que a mediação do professor, nesse sentido, cumpre o papel fundamental de organizar ações que possibilitem aos alunos o contato crítico e reflexivo com o diferente e o desvelamento dos aspectos implícitos das práticas de leitura, inclusive sobre aspectos não percebidos inicialmente pelo grupo – intenções, valores, preconceitos que veicula, explicitação de mecanismos de desqualificação de posições – presentes nos instrumentos a serem trabalhados (textos, livros, etc).

Reza um antigo adágio chinês que se quiser colher em curto prazo, que se plantem arbustos; em longo prazo, árvores frutíferas; mas se o desejo for colher durante toda a vida, que se eduquem crianças. No tocante à construção de indivíduos leitores, é indiscutível que os docentes anseiam por alunos críticos, participativos, leitores da palavra e do mundo (FREIRE, 1982, p.11). No entanto, não promovem atividades que corroborem com tais desejos.

É imprescindível que se tenha ciência de que a maioria dos estudantes não gosta ou não tem prazer na leitura livresca e diversos fatores contribuem para essa realidade: carência de material didático, metodologias retrógradas e inadequadas, falta de formação docente.

Mas, como se sabe, o discurso do avanço não tem o mágico poder de produzir o avanço: só com o tempo e com muito trabalho é que se forjam as transformações mais radicais e de que tanto se almeja. E lentamente – o que é pior no caso de educadores imediatistas ou para os que dependem de tais transformações.

Os tão almejados resultados que os educadores desejam que a sociedade espera e a que têm direito os alunos, não somente os das multisséries, mas todos, só poderão ser conquistados com um investimento concentrado e simultâneo na resolução dos diferentes problemas que, direta ou indiretamente, provocam o fracasso escolar – e que não são poucos.

Sob a ótica da formação profissional, isso implica acertar o passo das políticas

educacionais e metodologias didático-pedagógicas, uma vez que é utopia crer que as tão sonhadas transformações e conseqüentemente as melhorias da educação advirão tão-somente pela mudança da postura do educador. É fato: a melhoria da educação só será impulsionada quando o sistema educacional, em todas as suas esferas, seja, outrossim, sensibilizado.

Considerações Finais

É preciso ir além e transcender o ensino didático mecanizado. Deve haver, logo, mais humanização, compromisso, ética e vontade de todos os envolvidos na educação, seja na esfera administrativa, familiar e escolar.

Ensinar a ler vai muito além de ensinar a decodificar palavras em um texto. É um processo que deve orientar os alunos no emprego de estratégias de leitura, na busca de construção e reconstrução do significado de um texto.

O leitor utiliza de vários procedimentos e tais procedimentos são empregados pelos leitores quando observam, antecipam, avaliam, interpretam, enfim, ao fazerem a leitura do mundo que os rodeia.

Ler é um ato, pois, que exige esforço mental ativo, portanto, a importância de o professor intervir nesse processo, orientando, incentivando, ensinando novos procedimentos que facilitem a interpretação de um texto.

Ensinar a ler faz parte do conjunto de práticas sociais que constituem o letramento e não é suficiente, pois, decodificar a língua escrita para ser um ser letrado. É necessário apropriar-se de uma nova condição, ou seja, tornar-se usuário dessa língua como leitor e produtor de textos, selecionando o que é de seu interesse de acordo com suas intenções: interagir com o outro, orientar-se, influenciar, informar, instruir-se ou prescrever, entre outros. Expressar-se enfim, quando a comunicação escrita aos diferentes contextos e condição de produção não apenas relacionados ao espaço escolar.

Sendo assim, uma das funções do professor é contribuir para colocar seus alunos em estado de letramento, não se limitando, portanto, a ensinar a decodificar e/ou produzir código lingüístico.

Um passo importante para isso refere-se à avaliação e ensino de estratégias de leitura. Avaliar os procedimentos de busca de sentido que os alunos já utilizam e incorporá-los à prática de leitura em sala de aula vem contribuir com o ensino de outros educandos. Assim, o educador das Classes Multisseriadas estará auxiliando a melhorar também as suas produções escritas, visto que poderá compreender melhor as regularidades próprias da escrita, e, conseqüentemente, colocá-las em prática da construção de seus próprios textos.

Além disso, são propostas questões mais subjetivas com a intenção de captar as primeiras emoções e idéias que um texto desperta no leitor, dando condições aos educandos de expor seus pontos de vista, seus sentimentos, sua maneira particular de ver e entender o mundo. Como se percebe o trabalho com a leitura tem um destaque muito especial: proporcionar a chance de entrar em contato com uma diversidade de textos autênticos, interessantes, de variados gêneros com o objetivo de formar um leitor competente, de despertar o gosto pela leitura e pesquisar dentro da prática de leitura.

Finalmente, deve-se atentar para a prática pedagógica concernente à leitura não somente como responsabilidade una do professor, mas uma responsabilidade social, com políticas públicas voltadas para a proficiência da leitura: como mola propulsora do exercício pleno da cidadania. Após um trabalho consistente e efetivo, a leitura vai servir não somente como mecanismo de aquisição de conhecimento socialmente elaborado, mas como um instrumento vivo e eficaz, que serve como potencialização e exercício da cidadania, principalmente para os alunos oriundos das classes multisseriadas, das longínquas escolas da zona rural.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. 6ª ed., São Paulo: Editora Scipione, 1994.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 4ª ed., São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1987.

_____. **Com todas as letras**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler: um tema em três artigos**. 44ª ed São Paulo: Cortez, 1982.

KLEIMAN, Ângela B. **Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes de projetos da escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

MORAES et al. Sociologia. In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – SEB, Departamento de Políticas de Ensino Médio. **Orientações Curriculares do Ensino Médio**. Brasília, 2004.

SILVA, Ezequiel Teodoro. Ensino e Aprendizagem: desafios ao trabalho docente. Revista Virtual. Contestado e Educação, no 05, julho/set 2003.

ISSN 1678-0264.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2^a ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TUNES, Elisabeth, TACCA, Maria Carmen V.R e BARTHOLO JUNIOR, Roberto dos Santos. O Professor e o Ato de Ensinar. Cad. Pesqui, set/dez 2005, vol 35, no 126, p 689-698.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.